

**TÊXTIL RENAUXVIEW S/A**  
**CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80**  
**NIRE: 4230000949-1**  
**Companhia Aberta**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**30 DE SETEMBRO DE 2022**  
**(Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

**Continuidade operacional**

A companhia apurou lucro até setembro de 2022, no montante de R\$ 2.142, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 350.565 (R\$ 352.756 em dezembro de 2021). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 30 de setembro 2022 no montante de R\$ 329.828 (R\$ 331.987 em 31 de dezembro de 2021). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 27. Nos anos de 2018 a 2021, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento, e fez novos parcelamentos ordinários, que também estão sendo pagos nos seus respectivos vencimentos. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Já em relação às principais dívidas financeiras, as notas 17 e 29 esclarecem as soluções que estão sendo implementadas. Os atuais acordos são passíveis de cumprimento pela Companhia, se mantidas as atuais condições do mercado e de resultado das operações.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

**b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 08 de novembro de 2022.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 – Provisão fiscais e contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

## **3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

### **a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2021).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

## **b) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

## **c) Instrumentos financeiros**

### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

### **i) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

## **ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## **d) Caixa e equivalentes de caixa:**

**i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

**ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

## **e) Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

## **f) Estoques**

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques.

No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

## **g) Imobilizado**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

### **ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

### **iii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## **h) Ativo intangível**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

## **ii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## **iii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

## **j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **k) Receita operacional - venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

## **l) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

## **m) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

#### n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	13	13	13	13
Bancos conta movimento	9	151	73	199
Aplicações financeiras	24	24	24	24
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>188</b>	<b>110</b>	<b>236</b>

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Clientes	57.764	35.523
(-) Provisão para perdas	(3.871)	(4.456)
(-) Receita não realizada IFRS 15	-	(147)
(-) Ajuste a valor presente	(1.760)	(385)
<b>TOTAL</b>	<b>52.133</b>	<b>30.535</b>

\* Ver Nota Explicativa 22

##### *Aging List*

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	216	4,91%	16.222	30,40%
31 - 60 dias	-	0,00%	14.769	27,68%
61 - 90 dias	1	0,03%	11.178	20,95%
Acima de 90 dias	4.193	95,06%	11.186	20,97%
<b>TOTAL</b>	<b>4.410</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.355</b>	<b>100%</b>



## 6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos acabados	22.595	18.773
Produtos em elaboração	32.090	22.735
Materiais diretos	20.367	12.165
Materiais de consumo	3.112	2.171
Importação em andamento	3.265	1.728
<b>TOTAL</b>	<b>81.429</b>	<b>57.572</b>

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas relevantes sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

### a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IPI	25	28	25	28
ICMS	249	190	249	190
PIS/COFINS	167	175	167	175
IRPJ/CSLL	94	132	97	134
Excl.ICMS base Contrib.	7	7	7	7
Outros	13	13	13	13
<b>TOTAL</b>	<b>555</b>	<b>545</b>	<b>558</b>	<b>547</b>

### b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
PIS/COFINS	165	608
ICMS	150	187
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>795</b>

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

### a) Ativo não circulante

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Processos trabalhistas	34	32
PRODEC	427	340
Outros	34	42
<b>TOTAL</b>	<b>495</b>	<b>414</b>

### b) Passivo não circulante

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Processos trabalhistas	34	32
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>32</b>

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 30 de setembro de 2022, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>a) Tributos diferidos ATIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	454	466
CS sobre Lucro Líquido	163	168
<b>SUBTOTAL</b>	<b>617</b>	<b>634</b>
<b>b) Tributos diferidos PASSIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	(454)	(466)
CS sobre Lucro Líquido	(163)	(168)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(617)</b>	<b>(634)</b>
<b>LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No terceiro trimestre de 2022 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 6 mil referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 30 de setembro de 2022, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>a) Tributos diferidos ATIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	454	466
CS sobre Lucro Líquido	163	168
<b>SUBTOTAL</b>	<b>617</b>	<b>634</b>
<b>b) Tributos diferidos PASSIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	(750)	(762)
CS sobre Lucro Líquido	(270)	(275)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(1.020)</b>	<b>(1.037)</b>
<b>LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>(403)</b>	<b>(403)</b>

#### **10. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 30 de setembro de 2022 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.716 mil (31/12/2021 – R\$ 3.719 mil).

#### **11. INVESTIMENTOS**

##### **a) Participação em controlada: Renauxview Ltda**

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	<b>30/9/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/9/22</b>	<b>31/12/21</b>	<b>30/9/22</b>	<b>30/12/21</b>	<b>30/9/22</b>	<b>30/9/21</b>
Renauxview Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	1.198	1.230	67	110

##### **b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda**

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

<b>Direitos</b>	<b>Obrigações</b>
-----------------	-------------------

30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
374	448	-	-

  

Receitas		Despesas	
30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
-	-	225	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

## 12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora				Consolidado	
	30/09/2022		31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	55.027	-	55.027	55.027	57.076	57.076
Imóveis	33.902	(5.408)	28.494	28.792	28.494	28.792
Máquinas de Grande Porte	77.579	(56.506)	21.073	23.292	21.073	23.292
Veículos	1.415	(966)	449	213	449	213
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	11.440	(11.007)	433	500	433	500
Outras Imobilizações	2.448	(2.069)	379	398	379	398
Imobilizado em andamento	3.846		3.846	566	3.846	566
Adto a fornecedores	46		46	41	46	41
<b>TOTAL</b>	<b>185.703</b>	<b>(75.956)</b>	<b>109.747</b>	<b>108.829</b>	<b>111.796</b>	<b>110.878</b>

### Taxas médias de depreciação

Bem	Taxa anual %
Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%

### 12.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	Controladora				30/09/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	55.027				55.027
Imóveis	33.545	317		40	33.902
Máquinas de Grande Porte	77.579				77.579
Veículos	1.118	297			1.415
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	11.074	321	(59)	104	11.440
Outras Imobilizações	2.400	90	(42)		2.448
Imobilizado em andamento	566	3.760	(336)	(144)	3.846
Adto a fornecedores	41	146	(141)		46
<b>TOTAL</b>	<b>181.350</b>	<b>4.931</b>	<b>(578)</b>	<b>-</b>	<b>185.703</b>

### 12.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	Controladora				30/09/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	
Imóveis	(4.753)	(655)		-	(5.408)
Máquinas de Grande Porte	(54.287)	(2.219)		-	(56.506)
Veículos	(905)	(61)		-	(966)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(10.574)	(486)	53	-	(11.007)
Outras Imobilizações	(2.002)	(109)	42	-	(2.069)
<b>TOTAL</b>	<b>(72.521)</b>	<b>(3.530)</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>(75.956)</b>

## 13. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
		Acumulada		
Direitos de Uso	5.068	(3.417)	1.651	1.712
<b>TOTAL</b>	<b>5.068</b>	<b>(3.417)</b>	<b>1.651</b>	<b>1.712</b>

Taxas médias amortização	
Bem	Taxa anual %
Direitos de Uso	20,0%

### 13.1. Movimentação do custo corrigido

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.
Direitos de Uso	4.859	209	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.859</b>	<b>209</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 13.2. Movimentação da amortização acumulada

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.
Direitos de Uso	(3.147)	(270)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(3.147)</b>	<b>(270)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Salários	2.375	1.225	2.380	1.228
Provisão para férias	4.400	3.050	4.413	3.057
Provisão para 13º salário	2.116	-	2.126	-
INSS e CPRB	1.052	714	1.056	717
FGTS	217	259	218	259
Salário educação - FNDE	69	57	69	57
SESI	41	34	41	34
SEBRAE	16	14	16	14
SENAI	364	344	364	344
Parcelamento - Leis 11.941/09	1.890	1.796	1.890	1.796
Outros	19	21	19	21
<b>TOTAL</b>	<b>12.559</b>	<b>7.514</b>	<b>12.592</b>	<b>7.527</b>

## 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

**a) Circulante**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
ICMS	792	505	792	505
ICMS parcelamento	300	682	300	682
ICMS - PRODEC	36.104	35.352	36.104	35.352
IPTU	-	706	-	706
IPTU Parcelado	2.559	3.926	2.559	3.926
ISS retido	21	22	21	22
IRRF/IRPJ/CSLL	1.664	1.563	1.669	1.568
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	9	10	9
Parcelamentos CPRB RFB	2.058	1.917	2.058	1.917
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.063	995	1.063	995
Parcel. Previdenciário PGFN	664	599	664	599
Parcel. IR RFB	728	674	728	674
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN *	950	890	950	890
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB *	-	1.934	-	1.934
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	695	667	695	667
(-)Tributos Receita não Realizada IFRS 15 **	-	(38)	-	(38)
<b>TOTAL</b>	<b>47.608</b>	<b>50.403</b>	<b>47.613</b>	<b>50.408</b>

\* Ver Nota Explicativa 27

\*\* Ver Nota Explicativa 22

	<b>Parcelas</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Parcelamentos CPRB RFB	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário PGFN	60	dez/18	nov/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29
Parcelamento IR RFB	60	jun/21	mai/26

Índice de atualização: SELIC

**b) Não circulante – Parcelamentos de Tributos Federais**

<b>Controladora e Consolidado</b>				
<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Parcelas</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>

Parcel. Lei 11941/09 PGFN	752	1.224	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 SESI/SENAI	145	227	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	191	204	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14-PREVIDENC PGFN	10.688	11.393	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	6.017	6.302	145	ago/17	jan/30
Parcelamentos CPRB RFB	-	1.151	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	-	132	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	21	207	60	dez/18	nov/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	819	1.249	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	481	733	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	130	184	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	204	256	60	nov/20	out/25
Parcel. Previdenciário PGFN	599	810	60	mar/21	fev/25
Parcelamento IR RFB	1.941	2.303	60	jun/21	mai/26
<b>TOTAL</b>	<b>21.988</b>	<b>26.375</b>			

Índice de atualização: SELIC

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

INSTITUIÇÃO	Taxa	30/09/22	31/12/21
<b>Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina</b>		<b>20.427</b>	<b>18.571</b>
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	INPC + 1%am	20.427	18.571
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda. *</b>		<b>6.692</b>	<b>3.605</b>
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	INPC	6.692	3.605
<b>CRÉDITO NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas) **</b>		<b>3.552</b>	<b>3.495</b>
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	IPCA	76	73
MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS	SELIC	1.096	1.207
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC+5,23% aa	2.004	1.865
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC+5,23% aa	279	259
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC+5,23% aa	97	91
<b>BANCO DAYCOVAL</b>		<b>8.266</b>	<b>9.470</b>
Leasing	1,14% am	764	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	-	313
Empréstimos de capital de giro	1,14% am	1.576	1.499
Empréstimos de capital de giro	0,94% am	-	178
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,53% am	-	674
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	-	706
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,65% am	1.556	3.101



Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,74% am	1.372	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,55% am	2.998	2.999
<b>BANCO SOFISA</b>		<b>7.901</b>	<b>5.883</b>
Empréstimos de capital de giro em dólar	10,90% aa	3.523	3.736
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	1.048	
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am	957	879
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am	651	598
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	805	670
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,55% am	917	-
<b>ATF CREDIT FIDC NP</b>		<b>622</b>	<b>-</b>
Empréstimos de capital de giro	1,39% am	622	-
<b>QUATA</b>		<b>2.017</b>	<b>-</b>
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,66% am	1.002	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,56% am	1.015	-
<b>BANCO BMA FIDC</b>		<b>750</b>	<b>-</b>
Empréstimos de capital de giro	1,23% am	750	-
<b>MLBank</b>		<b>-</b>	<b>2.629</b>
Empréstimos de capital de giro	1,30% am	-	2.629
<b>CREDITISE</b>		<b>2.474</b>	<b>401</b>
Empréstimos de capital de giro	0,74% am	2.474	401
<b>TOYOTA TEXTILE MACHINERY EUROPA AG</b>		<b>-</b>	<b>842</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am	-	842
<b>MURATA MACHINERY</b>		<b>-</b>	<b>318</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am	-	318
<b>PLATA FIDIC</b>		<b>6.066</b>	<b>7.456</b>
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,70% am	2.296	4.592
Empréstimos de capital de giro	0,88% am	3.770	-
Empréstimos de capital de giro	1,27% am	-	2.864
<b>RNX MAXINVEST</b>		<b>915</b>	<b>308</b>
Empréstimos de capital de giro	0,59% am	564	-
Empréstimos de capital de giro	0,65% am	351	-
Empréstimos de capital de giro	1,02% am	-	308
<b>BANCO SAFRA</b>		<b>-</b>	<b>1.148</b>
Empréstimos de capital de giro	0,53% am	-	667
Empréstimos de capital de giro	1,08% am	-	481
<b>VALOREM FIDC</b>		<b>9.592</b>	<b>-</b>
Empréstimos de capital de giro	1,41% am	4.592	
Empréstimos de capital de giro	1,48% am	5.000	-
<b>SUL BRASIL FIDC</b>		<b>5.418</b>	<b>-</b>

Empréstimos de capital de giro	1,33% am	5.418	-
<b>BANCO BASSO FIDC</b>		<b>3.727</b>	-
Empréstimos de capital de giro	1,39% am	3.727	-
<b>BANCO SICOOB FIDC</b>		<b>375</b>	-
Empréstimos de capital de giro	1,12% am	375	-
<b>(-) JUROS OPERAÇÃO FIDIC</b>	-	<b>1.458</b>	
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>		<b>77.336</b>	<b>54.126</b>

\* Ver nota nº 30

\*\* Ver nota nº 17

a) **Não circulante**

INSTITUIÇÃO	Taxa	30/09/22	31/12/21
<b>D&amp;D Administradora de Bens Ltda. *</b>		<b>128.565</b>	<b>130.513</b>
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.	INPC	128.565	130.513
<b>CRÉDITO NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas) **</b>		<b>93.474</b>	<b>87.083</b>
PLANNER CORRETORA DE VALORES SA	IPCA	272	288
MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS	SELIC	-	704
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC + 5,23% aa	37.913	35.439
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC + 5,23% aa	5.271	4.927
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC + 5,23% aa	1.844	1.724
NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	INPC + 5,23% aa	40.562	37.048
PRECE - PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	INPC + 5,23% aa	5.639	5.151
UN-INVEST SERVICOS E INVESTIMENTOS LTDA.	INPC + 5,23% aa	1.973	1.802
<b>Banco Sofisa</b>		<b>4.454</b>	<b>4.170</b>
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am	1.117	1.685
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am	759	1.145
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	960	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,60% am	1.007	1.340
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,55% am	611	-
<b>Banco Daycoval</b>		<b>4.161</b>	<b>1.623</b>
Leasing	1,14% am	2.904	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,65% am	389	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,74% am	343	-
Empréstimos de capital de giro	1,14% am	525	1.623
<b>RNX MAXINVEST</b>		<b>832</b>	-

Empréstimos de capital de giro	0,65% am	644	-
Empréstimos de capital de giro	0,59% am	188	-
<b>QUATA</b>		<b>668</b>	-
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,66% am	668	-
<b>PLATA</b>		<b>2.828</b>	-
Empréstimos de capital de giro	0,88% am	2.828	-
<hr/>			
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>		<b>234.982</b>	<b>223.389</b>

\* Ver nota nº 30

\*\* Ver nota nº 17

## **17. CRÉDITO NEGOCIADOS (originados de Debêntures extintas conforme acordo em 29/11/2021)**

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Foram negociadas 8.303 debêntures, sendo o saldo cancelado. A remuneração seria de 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Conforme divulgado em fato relevante na data de 29 de novembro de 2021:

1) A Companhia concluiu naquela data o processo de renegociação dos valores devidos em decorrência da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures datada de 02 de dezembro de 2004 ("Debêntures").

Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançou o valor de R\$ 86.820.494,32 (oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), serão pagos pela Companhia aos Debenturistas nas seguintes condições:

- (i) 480 (quatrocentos e oitenta) parcelas mensais e consecutivas, sem deságio e sem carência, de forma que o primeiro pagamento será realizado em até 10 (dez) dias contados da homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial (“Acordo”) pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, e os demais pagamentos serão realizados todo dia 10 (dez) de cada mês subsequente;
- (ii) O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE), da data de 29 de novembro de 2021, até a data do pagamento e sobre o valor de cada parcela atualizada pelo INPC incidirão juros proporcionais de 5,23% ao ano;
- (iii) No caso de adimplência das 240 (duzentas e quarenta) primeiras parcelas acima, então os Debenturistas renunciarão ao direito de cobrança do saldo das parcelas restantes e darão à Têxtil RenauxView quitação plena, rasa, irrevogável e irretratável da dívida.
- (iv) A assinatura do Acordo implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, com a consequente renúncia da Planner à qualidade de agente fiduciário das Debênturistas, permanecendo os Debenturistas como credores.

2) Tendo em vista o pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial protocolado em 28 de fevereiro de 2019 (autos nº 0301470-53.2019.8.24.0011, em trâmite perante a Vara Comercial da Comarca de Brusque/SC), bem como a impugnação ao plano do credor Planner Corretora de Valores S.A., a Companhia informa que em conjunto com a Planner protocolou nesta data (29/11/2021) o pedido de desistência de homologação de seu plano de recuperação extrajudicial perante o juízo competente.

3) A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Companhia poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

A homologação do Instrumento Particular de Transação Extrajudicial (“Acordo”) pelo Juízo da Execução (autos nº 0206755-43.2006.8.26.0100) que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ocorreu em 13/05/2022 e os pagamentos aos credores iniciaram em 25/05/2022.

Com a homologação do acordo, ficam extintas as debêntures, conforme previsto na Cláusula 2ª – Extinção das Debêntures:

- 2.1. A assinatura desta Transação implicará a extinção das Debêntures e da comunhão entre os Debenturistas, conforme aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

## **18. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS**

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 101.959 mil (31/12/2021 – R\$ 99.975 mil).

### 18.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Tributárias	47.228	47.228
Trabalhistas	611	611
<b>TOTAL</b>	<b>47.839</b>	<b>47.839</b>

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.

## 19. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>			
	<b>30/09/2022</b>		<b>31/12/2021</b>	
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>6.120</b>		<b>4.704</b>	
Mútuo - capital de giro. Vencimentos até 15/11/2024.	1,49am	6.120	1,50am	4.704

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

### a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

## b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>				
Vendas mercado interno	208.475	157.310	208.475	157.310
Vendas mercado externo	2.730	1.188	2.730	1.188
Serviços mercado interno	-	108	225	333
Efeito IFRS 15*	-	1.667	-	1.667
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>211.205</b>	<b>160.273</b>	<b>211.430</b>	<b>160.498</b>
Deduções da receita bruta	(51.950)	(40.407)	(51.965)	(40.422)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>159.255</b>	<b>119.866</b>	<b>159.465</b>	<b>120.076</b>

\* Ver Nota Explicativa 22

## 22. EFEITOS DO IFRS 15

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 no resultado do período/exercício:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2021	30/09/2022	Efeito líquido no resultado 30/09/2022
Receita	147.284	-	147.284
Custos	(83.350)	-	(83.350)
Tributo ICMS	(23.958)	-	(23.958)
Tributos PIS/COFINS	(13.624)	-	(13.624)
Comissões	(2.946)	-	(2.946)
<b>Efeito líquido</b>	<b>23.406</b>	<b>-</b>	<b>23.406</b>

Não houve movimentação representativa para o terceiro trimestre de 2022.

## 23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

### a) Custos e despesas

	Controladora	
	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	32.719	26.898
Matérias primas e embalagens	45.020	27.526
Energia elétrica	11.502	11.503
Gastos gerais de fabricação	21.570	12.550
Comissões representantes	3.000	2.639
Frete	1.777	1164
Propaganda e promoção de vendas	404	465
Serviços de terceiros	8.135	5.607
Depreciação e amortizações	2.486	3.700
Outros custos e despesas	6.115	2.770
<b>Total</b>	<b>132.728</b>	<b>94.822</b>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	107.677	75.900
Despesas com vendas	12.005	9.173
Gerais e administrativas	13.018	9.472
Outras despesas operacionais	28	7
	<b>132.728</b>	<b>94.552</b>

### b) Resultado financeiro

	Controladora	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros recebidos	123	98
Variação cambial ativa	1.248	1252
SELIC excl. ICMS Contrib.	-	33
Outras receitas	106	3
<b>Total da receita financeira</b>	<b>1.477</b>	<b>1.386</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos	(13.457)	(17.074)
Encargos sobre crédito negociado	(8.416)	(12.024)

Encargos sobre tributos *	(913)	2.563
Encargos sobre demais contas	(754)	(123)
Variação cambial passiva	(1.244)	(1.267)
Outras despesas financeiras	(1.691)	(479)
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(26.475)</b>	<b>(28.404)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(24.998)</b>	<b>(27.018)</b>

\* Inclui reversão de contingências

## 24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No 3º trimestre de 2022 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) acumularam R\$ 2.550 mil (2021 – R\$ 1.635 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 65 mil
- b) Diretoria: 2.123 mil
- c) Conselho Fiscal: 362 mil

## 25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas	<b>30/09/2022</b>	<b>30/09/2021</b>
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(4.392)	(591)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(2.281)	(307)
<b>TOTAL</b>	<b>2.142</b>	<b>(898)</b>
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
<b>TOTAL</b>	<b>4.259</b>	<b>4.259</b>
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	0,5029	(0,211)
Ação ordinária	0,5029	(0,211)

## 26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por



meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	110	236
Contas a receber de clientes	52.133	30.535
Outras contas a receber	1.452	3.459
<b>TOTAL</b>	<b>53.695</b>	<b>34.230</b>

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de número adicional, os valores creditados na rubrica "Estimativa de perdas em clientes" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Empréstimos e Financiamentos	312.318	186.937
<b>TOTAL</b>	<b>312.318</b>	<b>186.937</b>

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como

riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

## **ii) Instrumentos financeiros – valor justo**

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	110	110	236	236
Clientes e Outras Contas a Receber	53.585	53.585	33.994	33.994
Empréstimos e Financiamentos	312.318	312.318	277.515	277.515
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(22.076)	(22.076)	(16.360)	(16.360)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(6.120)	(6.120)	(4.704)	(4.704)

### **• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

### **• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflète a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes

aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

## **27. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT**

No mês de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Secretaria da Receita Federal - RFB:

- a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.
- b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

- c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.
- d) Débitos Previdenciários: a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

<b>Tipos de Tributos</b>	<b>Valor antes adesão</b>	<b>Estorno de descontos de parcelamentos anteriores</b>	<b>Valor Adesão</b>
Demais Débitos RFB	78.294	23.501	54.794
Débitos Previdenciários RFB	28.326	7.709	20.617
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciário PGFN	17.031	-	17.031
<b>Total</b>	<b>126.563</b>	<b>31.210</b>	<b>95.353</b>

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação							
		Descontos	Compensação	Pagamento em espécie					
			BNCSSL/PF	2017	2018	2019	2020	2021	a partir 2022
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	1.784	-		1.589
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-		-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-		-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	975	5.908
<b>Total</b>	<b>95.353</b>	<b>5.925</b>	<b>58.945</b>	<b>9.688</b>	<b>8.180</b>	<b>3.656</b>	<b>487</b>	<b>975</b>	<b>7.497</b>

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 29. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – DESISTÊNCIA EM NOV/21

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019.

O Plano de RE abrangia, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolvia fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

CREDOR	CLASSE	VALOR
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografário	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografário	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda	Quirografário	70.213.890
<b>TOTAL</b>		<b>173.267.573</b>

Conforme publicação em fato relevante datado de 29 de novembro de 2021, Companhia, em conjunto com a Planner, protocolou pedido de desistência de homologação de seu plano de recuperação extrajudicial perante o juízo competente. As informações sobre o acordo entre a Companhia e a Planner estão detalhadas na nota nº 17.

Com o credor Vladimir Estanislau Walendowsky foram retomadas as formas de pagamentos ajustadas e divulgadas anteriormente, 34 parcelas mensais de R\$ 95 mil, sendo 07 já liquidadas e pagamentos em dia.

Sobre o credor D&D ver nota nº 30.

Em relação à Agência de Fomento do Estado de SC S/A – BADESC, segue o processo de execução e as tratativas de acordo.

### **30. ACORDO COM CREDOR D&D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**

Conforme publicação em fato relevante, datado de 06 de maio de 2022, A Companhia concluiu naquela data a renegociação do saldo de sua dívida com a D&D Administradora de Bens Ltda (“Credora”), com um aditivo ao acordo firmado em agosto de 2017, (objeto do fato relevante publicado em 15/08/2017) e apenas parcialmente cumprido. Os valores pendentes de pagamento, cujo montante total alcançava, em 06 de maio de 2022, o valor de R\$ 139.197.631,99 (cento e trinta e nove milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), serão pagos pela Companhia à Credora em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 18 de maio de 2022 e as demais consecutivamente. O valor de cada parcela será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que, considerando a situação financeira da Companhia, a Credora concederá um prêmio por adimplemento no percentual de 90% (noventa por cento) no valor de cada parcela.

A conclusão da renegociação acima descrita representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento da Companhia, com redução dos custos financeiros e de forma compatível com o fluxo de caixa.

### **31. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Nos termos da Instrução CVM 80/22, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de setembro 2022.

Brusque/SC, 11 de novembro de 2022.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA** - Presidente  
**HEITOR RODOLFO DE SOUZA** - Conselheiro  
**JAIR PACHECO** - Conselheiro

**DIRETORIA:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA** - Presidente  
**MARCIO LUIZ BERTOLDI** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**CONTADORA:**

**MARTA CASTELLI**  
CRC SC 023.517/O-3

**CONSELHO FISCAL:**

**CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO**  
**HÉLIO DA SILVA**  
**MARCELLO JOAQUIM PACHECO**